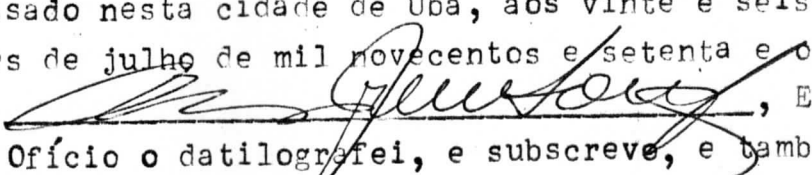


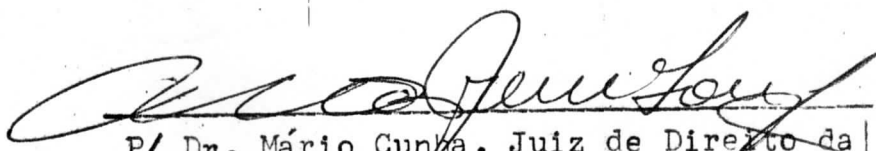
M A N D A D O

*D. ao Oficial
Sr. Edilson
Uba, 26/07/78
J. Gabriel, autº*

O Doutor MÁRIO CUNHA, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Ubá, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício, na forma da lei, etc...

..... ||

Manda a qualquer oficial de justiça a quem couber este por distribuição, em seu cumprimento, atender do ao que lhe foi requerido por WILLIAM FERNANDES CABRAL, no Mandado de Segurança impetrado a seu favor, contra o ato ilegal do SR. JOSÉ BIGONHA GAZOLLA e do SR. JARBAS DOMINGUES DE LANNA, notifique-se nesta cidade o Sr. José Bigonha Gazolla e o Sr. Jarbas Domingues Lanna, por todo o conteúdo da petição inicial, despachos e documentos que seguem anexados ao presente mandado como parte integrante do mesmo, cujos despachos são os seguinte:- 1º Despacho:- A. e R. Reconhecida a firma da procuração de fls, voltem-me os autos conclusos. I. Ubá, 25-07-78. (a) Mário Cunha 2º Despacho:- Sejam notificados as autoridades tidas como coatoras, enviando copia da petição e dos documentos aos Srs. Presidente e Secretario da Camara municipal de Ubá, para que prestem, em dez dias, as informações que acharem necessárias. I. Ubá, 25-07-78. (a) Mário Cunha. (Seguem anexados sete documentos). O que cumpra, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Ubá, aos vinte e seis- 26- dias do mes de julho de mil novecentos e setenta e oito - 1978. Eu, , Escrivão do 3º Ofício o datilografiei, e subscrevo, e também asino por ordem do MM. Juiz.


P/ Dr. Mário Cunha. Juiz de Direito da
2ª Vara. Ubá- MG.

Ciente: Jarbas Domingues de Lanna
Ciente: José Bigonha Gazolla

DÉLCIO DE OLIVEIRA FERNANDES
INSC. 8705 — OAB/MG — CPF - 003072546

HÉLCIO DE OLIVEIRA FERNANDES
INSC. 6809 — OAB/MG — CPF - 010500796
ADVOGADOS

EXMO. SR. DE UZ DE DIREITO DA VARA,

*A. e R. Removida a
pela procuração de Sr.,
valtem-me os autos condados.*

J. Uba, 25-7-978

Caro

*Distribuído
Uba 25
Distribuidora*

*3º Ofício
Júlio 25
Distribuidora*

WILLIAM FERNANDES CABRAL, brasileiro, casado, escri-
turário, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Minas
Gerais, Bairro Santa Cruz, pelo procurador signatário desta,
ut inclusa procuração (doc. I), com ênfase no art. 1º da Lei
nº 1.533/51, vem, perante V. Exa., impetrar MANDADO DE SEGU-
RANÇA contra ato dos Exmos. Srs. Presidente e Secretário da
Câmara Municipal de Uba, Vereadores JOSÉ BIGONHA GAZOLLA, bra-
sileiro, casado, professor, e JARBAS DOMINGUES DE LANNA, bra-
sileiro, casado, funcionário público, aqui domiciliados e re-
sidentes, pelo que implora vênias para, a seguir, aduzir as ra-
zões com que demonstrará o cabimento e procedência do presen-
te "writ":

1. Na condição de Vereador e Líder da bancada do Mo-
vimento Democrático Brasileiro na Câmara Municipal de Uba, em
10 de julho do corrente ano, o impetrante requereu à Presidên-
cia da mencionada Casa diferentes certidões discriminadas na
inclusa via de petição (doc. II), a saber:

1 - certidão de inteiro teor do projeto de lei
nº 10/78;

2 - certidão de sua aprovação pela Câmara Munici-
pal de Uba;

3 - certidão ou documento equivalente de sua re-
messa ao Executivo, indicando-se data em que se fez
a remessa;

4 - certidão de que o projeto em questão não foi
sancionado nem vetado pelo Executivo, até presente
data",

2. No dia 18 do corrente mês, todavia, indigitadas au-

ADVOGADOS

...
autoridades coatoras científicaram o impetrante de que entenderam por bem denegar a expedição das certidões requeridas, ao argumento de que "a solicitação (...) foi submetida, em 17 do corrente, à apreciação do Plenário, que decidiu por nove (9) votos contra três (3), não expedir os documentos solicitados", tudo como melhor se infere do anexo Ofício nº 66/78 - doc. III,

3. Com o que, permissa venia, violaram direito líquido e certo do impetrante, assegurado pela Lei Maior, em seu art. 153, § 35, como também lhe inibiram a faculdade sabidamente insita à função de Vereador e de que trata o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá, em seu art. 28, ora junto sob nº IV,

4. De fato, segundo os claros termos da Constituição Federal, é assegurado a qualquer um do povo o direito a certidões administrativas, para a defesa de direitos ou esclarecimento de situações. No caso, a ilegalidade consubstanciada no indeferimento sub examine é tanto mais intolerável, se se levar em conta a condição do requerente, ora impetrante, vale dizer, Vereador em pleno exercício da liderança de uma das bancadas daquela Casa,

5. Por outro lado ainda, releva enfatizar que a negativa de fornecimento das certidões requeridas veio embasada em pressuposto duplamente infeliz: a uma, porque a Eg. Câmara Municipal de Ubá, consoante invocada ATA nº 14/78 (doc. V), não deliberou a propósito do fornecimento ou não das certidões, se não do arquivamento de projeto de lei; a duas, porque, mero ato administrativo, tratava-se de matéria rigorosamente estranha ao poder decisório do Plenário da Câmara, ao que se apreende de seu Regimento Interno,

6. Em hipóteses como a vertente, posto que ocioso referir, perfeitamente cabível é a remoção da ilegalidade pela via do mandado de segurança. Neste sentido é o invariável pronunciamento de nossa melhor doutrina, à frente o festejado CASTRO (Do Mandado de Segurança, 6ª ed., p. 113), in verbis:

"- A existência de um ato do Poder Público ou a recusa ilegal pela autoridade (no que se traduz a obrigação legal de o praticar) é essencial para autorizar o mandado de segurança.

DÉLCIO DE OLIVEIRA FERNANDES
INSC. 8705 - OAB/MG - CPF - 003072546

HÉLCIO DE OLIVEIRA FERNANDES
INSC. 6809 - OAB/MG - CPF - 010500796
ADVOGADOS

...
"- Em uma palavra: é necessário que haja ato, omis-
sivo ou comissivo, violação em forma positiva ou re-
cusa de providência que possa ser legalmente exige-
da." (os grifos não são do texto)

Identicamente, é o ponto de vista esposado pela reman-
sosa jurisprudência de nossos tribunais, aqui lembrada a mero
título exemplificativo:

"- A Constituição assegura direito líquido e certo'
à obtenção de certidão, pelo que é de se conceder man-
dato de segurança contra o ato que a recuse." (R.F.,
231/375)

"- O mandado de segurança constitui remédio adequa-
do para obter certidão de ato praticado pela adminis-
tração ou de documentos que se encontrem em seu po-
der." (R.F., 227/204)

Ex-positis, com fulcro nos invocados permissivos le-
gais, cumpridas as formalidades de estilo, o impetrante re-
quer a V. Exa. digne-se conceder-lhe a segurança requerida ,
para efeito de se determinar às indigitadas autoridades coato-
ras o fornecimento das certidões discriminadas no item 1, an-
terior, condenando-as ao pagamento das custas do processo e
demais pronunciações de lei.

Dá-se à causa o valor de Cr\$1.000,00.

Espera deferimento.

UBÁ, em 24 de julho de 1978.

P.p.


Insc. 8 705 - O.A.B./MG

Cpf - 003072546-15